

40 anos do golpe militar: oportunidade para uma reflexão histórica e historiográfica sobre a ditadura e a resistência no Brasil.¹

MARIA PAULA NASCIMENTO ARAÚJO
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Neste artigo, temos por objetivo refletir sobre os quarenta anos do Golpe de 1964, que implantou a Ditadura Militar no Brasil. Nosso enfoque recairá sobre os aspectos historiográficos do acontecimento histórico em questão, procurando assinalar as novas perspectivas acerca do assunto a partir da interdisciplinaridade e da exploração das fontes.

Palavras-chave: Brasil; Golpe Militar; Historiografia

ABSTRACT

In this article, we intend to discuss some historic aspects of the Brazilian dictatorship, started in 1964. In order to do it, we show the new views on the theme, namely the contribution of the Human Sciences for the debate and the analysis of the sources.

Key-words: Brazilian Republic; Dictatorship; Historiography

EM PRIMEIRO LUGAR, GOSTARIA DE AGRADECER O CONVITE, que muito me honrou, de ministrar a aula inaugural de 2004 do Programa de Pós-Graduação em História da UFES e com o qual eu estimo poder fazer muitas parcerias daqui para a frente.

Gostaria também de aproveitar este momento e fazer uma homenagem ao Professor René Dreifuss, pioneiro dos estudos sobre o golpe militar no Brasil.

Estamos prestes a completar 40 anos do golpe militar no Brasil e é importante ressaltar que estamos utilizando esta data não para comemorações, mas, sim, como ocasião para uma reflexão histórica e historiográfica sobre o golpe, a ditadura, a resistência, a transição e o processo de redemocratização. Entender este período talvez nos ajude a entender o Brasil de hoje.

Nos últimos anos tem havido um significativo crescimento dos estudos sobre o golpe e a ditadura. Este crescimento tem a ver com o momento e a realidade em que vivemos, mas, também, é beneficiário de algumas das novas correntes historiográficas contemporâneas, especialmente: a “história vista de baixo”, a História do tempo Presente, o retorno da história política e a difusão da História Oral.

A “História vista de baixo” (*history from below*), tal como formulada pela Escola Marxista Inglesa, formada pelo grupo de historiadores vinculados ao partido comunista britânico, especialmente Hobsbawm e Thompson², já rompera, desde a década de 1960, com o preconceito em relação a uma história politicamente posicionada, rejeitando a idéia de uma imparcialidade política absoluta no fazer do historiador.

Algum tempo depois, na verdade mais de uma década depois, a História do Tempo Presente consolidada no “Institut d’Étude du Temps Présent”, centro de pesquisa que se organizou em torno do historiador François Bédarida, passou a valorizar a história produzida por historiadores contemporâneos dos fatos e dos personagens que narravam e botou por terra o preconceito em relação à proximidade temporal. O historiador podia, sim, escrever sobre algo que lhe fosse muito próximo.

Mais ou menos na mesma época o historiador francês René Rémond liderou um movimento no campo da teoria que re-valorizou a história política, superando o paradigma tradicional de uma história política vinculada apenas aos grandes nomes, às guerras, aos acontecimentos. Uma outra concepção de história política, muito mais ampla, passava a ganhar corpo, recuperando e colocando em cena temas como: partidos políticos, movimentos sociais, a mídia, os intelectuais, a opinião pública, etc.

E, por fim, a História Oral, valorizando os depoimentos orais, a memória, a experiência pessoal, mesclada com a experiência coletiva, a subjetividade.³

Estes novos enquadramentos, provenientes do debate historiográfico contemporâneo, no cenário internacional, beneficiaram positivamente o campo

dos estudos sobre o golpe e a ditadura militar no Brasil. Incentivados por estes novos enquadramentos, nos fortalecemos na idéia e no propósito de que poderíamos, sim, fazer história sobre um período ainda tão próximo de nós (próximo não só no sentido temporal mas, muitas vezes, também no sentido emocional). Poderíamos, sim, fazer esta história sem ostentar uma neutralidade impossível para muitos de nós, e poderíamos, sim, recuperar episódios esquecidos e sem registros através de depoimentos orais. Estes novos enquadramentos não fizeram mais do que estimular um desejo e um propósito que já havia sendo, há alguns anos, alimentado muitos de nossos historiadores. E o fato é que, nos últimos anos, este campo tem crescido e revelado excelentes trabalhos. Eu gostaria de comentar alguns aspectos deste campo de estudos.

A Interdisciplinaridade

O CAMPO DE ESTUDOS EM TORNO DO GOLPE de 64 e da ditadura militar tem sido um campo de estudo interdisciplinar, que tem mesclado diferentes disciplinas com distintas abordagens: não apenas a ciência política, a sociologia, a antropologia, a economia, mas também, a literatura, a história da arte, a psicologia.

Na Ciência Política há que se ressaltar os estudos que tem sido feitos aprofundando e debatendo as **razões** do golpe – se eram essencialmente razões econômicas ou políticas e como elas se articularam. Um bom exemplo nesta linha é o trabalho de Argelina Figueiredo: “Democracia ou Reformas” (1993). Uma análise das diferentes causas do golpe também é feita por Caio Navarro de Toledo em dois livros “Visões Críticas do Golpe” (1997) e “O Governo de Goulart e o Golpe de 64” (1993). A Economia tem nos ajudado a entender, principalmente, os mecanismos do chamado “Milagre Econômico”. Chico de Oliveira, Wilson Cano, Carlos Lessa, Paulo Nogueira Batista, Ignácio Rangel são economistas que escreveram sobre este tema. Gostaria de destacar duas análises produzidas na década de 1980: “A Economia da dependência imperfeita”, de Francisco de Oliveira (1989) e “Economia: milagre e antimilagre”, de Ignácio Rangel (1986).

A sociologia tem produzido estudos e análises interessantes sobre a sociedade durante a ditadura militar. Eu gostaria de salientar aqui as análises sobre partidos políticos, no caso sobre o MDB, realizadas por pesquisadores do CPDOC/FGV e as análises sobre o sindicalismo, chamado na época de “novo sindicalismo”, feitas por Luis Werneck Vianna, do IUPERJ⁴. Mais recentemente, uma nova leva de pesquisadores do campo da sociologia tem se dedicado ao

tema do movimento operário e sindical, Cabe citar o livro de Marco Aurélio Santana, “Homens Partidos – comunistas e sindicatos no Brasil” que aborda a difícil relação entre o PCB e o movimento sindical entre 1945 e 1992.

A antropologia tem realizado estudos interessantes sobre a vivência das pessoas no dia-a-dia da luta contra o regime ou então enfocando a experiência de situações limites como a prisão, o exílio, a clandestinidade. Um bom exemplo é o livro de Elizabeth Xavier “Mulheres, militância e memória”, que faz uma abordagem de gênero sobre a questão da militância política.

No campo das artes é extremamente interessante o trabalho de Heloisa Buarque de Holanda sobre a poesia marginal dos anos 70 e, com abordagens bem diferenciadas, as pesquisas de Santusa Naves e de Marcos Napolitano sobre a música popular brasileira do período. Marcelo Ridenti tem um volumoso estudo sobre as relações entre arte, cultura e política no Brasil entre 1960 e 1980, em que aborda o teatro, o CPC da UNE, o cinema novo, as artes plásticas, a poesia concreta e o tropicalismo. É o livro “Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV”. O livro de Marcelo enfoca as nem sempre fáceis relações entre a produção artística e o projeto da revolução.

Cabe ainda ressaltar a contribuição muito especial da psicologia para o estudo do período militar. Esta tem contribuído analisando e discutindo a questão do trauma político. Ou seja, a dimensão política de experiências traumáticas como a tortura, a morte de amigos, a perda de referenciais no exílio e na clandestinidade. É uma linha de estudos que estamos iniciando, mas que já está bastante adiantada em outros países da América Latina, como a Argentina, por exemplo. Na África do Sul esta linha de pesquisa também tem sido desenvolvida, através, principalmente, de pesquisadores ligados à História Oral. E aqui eu gostaria de citar um trabalho publicado na Revista História Oral, chamado “Violência e Silêncio: reescrevendo o futuro”, de autoria de Jonathan Grossman, professor de sociologia da Cidade do Cabo, que trabalha com a dimensão traumática e de subjetividade das histórias da resistência sul-africana.

As novas fontes

MAS, É, SOBRETUDO NO CAMPO dos estudos históricos, que tem crescido uma literatura de análise deste período, em várias direções. O incremento destes estudos coloca em questão, em primeiro lugar, uma discussão em torno das fontes. Nós, historiadores, temos nos beneficiado do surgimento de novas fontes e da revalorização de fontes antigas.

1- Nos últimos anos houve uma enorme possibilidade de pesquisa fornecida pela abertura dos acervos do DOPS e de outros órgãos de segurança e polícia política. A abertura destes acervos suscitou não apenas o acesso a um grande conjunto de informações, mas também uma polêmica sobre a própria utilização de acervos deste tipo. Não podemos nos esquecer de que estes acervos foram produzidos com o intuito de incriminar determinadas pessoas. Acervos constituídos com este objetivo específico nos dizem mais acerca dos mecanismos e critérios da própria repressão do que sobre as pessoas que eles pretendem documentar.

2- Por outro lado, todo um conjunto de fontes e de documentação clandestinas e semiclandestinas podem vir à tona após a redemocratização: panfletos, documentos e atas dos partidos e organizações clandestinas. Muitos ex-militantes doaram seus acervos para centros de pesquisa.

3- Some-se a isto todo um conjunto de documentação que não era clandestina mas também não era oficial: um exemplo são os jornais da chamada imprensa alternativa – que tem servido como uma fonte importante para o estudo das idéias políticas, das representações e das propostas dos partidos, organizações, movimentos e intelectuais de esquerda. O Laboratório de Estudos do tempo Presente da UFRJ tem um importante acervo de Imprensa Alternativa.

4- Um outro conjunto de fontes importante é aquele representado pelas fontes orais: os depoimentos e entrevistas que permitem ao historiador trabalhar com a memória da ditadura e da luta contra a ditadura, com as representações construídas sobre este período pelas gerações que o viveram.

Linhas de pesquisa.

Estes estudos históricos têm produzido uma variedade de linhas de pesquisa e contam com um bom time de historiadores espalhados por todo o país. Só para citar alguns exemplos nós podemos percorrer o conjunto de temas e de nomes que participam do Seminário “40 anos do Golpe”:

1- Os militares e a memória militar sobre a ditadura, tema de estudo de Maria Celina D’Araujo e de Celso Castro, ambos pesquisadores do CPDOC/FGV.

2- A atuação dos órgãos de repressão, censura e propaganda do regime, analisada por Carlos Fico da UFRJ e por Beatriz Kushnir da Unicamp.

3- O comportamento da sociedade brasileira frente à ditadura, estudado com abordagens bem diferentes, por Daniel Aarão Reis (UFF) e por Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP).

4- Os estudos pioneiros de Jacob Gorender sobre as esquerdas e a luta armada.

5- As análises sobre o MDB que estão sendo feitas no CPDOC tendo à frente a professora Marieta de Moraes Ferreira.

6- Os estudos comparados sobre a repressão na América Latina e a Operação Condor. Vale lembrar que esta linha de pesquisa ainda é pouco desenvolvida entre nós. A pesquisadora Samantha Quadrat (UFF e UFRJ) é uma das pioneiras no estudo do tema.

7- As análises de trajetórias de vida feitas, por exemplo, por Denise Rollenberg, Marieta Ferreira, Elizabeth Xavier, Beatriz Kushnir representam um importante campo que tem agregado muitos pesquisadores.

8- Os estudos que procuram averiguar o papel da mídia no golpe, na ditadura e no processo de redemocratização, liderados por Alzira Abreu e Fernando Lattman – Weltman (ambos do CPDOC) – configuram uma linha promissora de estudos.

9- E toda uma nova leva de “*brasilianistas*” como James Green e Kenneth Serbin vem levantando aspectos deste período, muitas vezes negligenciados. James Green, por exemplo, estuda a oposição da sociedade civil norte americana ao apoio dado ao golpe pelo governo norte americano: artistas e intelectuais que denunciaram e fizeram circular manifestos contra o regime militar e contra o governo americano que lhe dava suporte.

Objetos e personagens.

ALÉM DA VARIEDADE DE LINHAS DE PESQUISA, estes estudos têm enfocado uma gama variadíssima de objetos e trazido à tona uma galeria extremamente diversificada de personagens históricos.

De um lado temos um conjunto de estudos que tem se concentrado no Estado e no aparelho repressivo. Ou seja, nos dispositivos e medidas do regime militar para garantir sua dominação política. Estes estudos se voltam, então, para a repressão, a censura, o AI-5, o Serviço Nacional de Informações, as relações com outras ditaduras do cone sul, etc. Neste caso, os personagens essenciais da pesquisa são os militares.

De outro lado, temos também uma linha de investigação que se volta para o estudo da sociedade e da resistência política criada por ela para enfrentar a ditadura militar. Neste caso, os personagens são: o Movimento Estudantil, a Igreja, os movimentos de bairro, as associações profissionais como sindicato

dos professores, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o MDB, os partidos e organizações de esquerda (na época clandestinos), a imprensa alternativa, o movimento sindical. Estudos de caso começam a ser feitos sobre cada um destes atores políticos, muitas vezes focalizando-os regionalmente.

O significado dos novos estudos sobre o regime militar.

O PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA QUE SE VOLTA para o estudo do golpe, do regime militar, da resistência e do processo de redemocratização já está se tornando, portanto, muito amplo e vasto – uma variedade técnica, metodológica, de abordagens, de objetos e de personagens. É um campo de estudos que, apesar de recente, tem crescido muito nos últimos anos e que está em forte expansão. É um campo que, a meu ver, tem um significado muito importante para a nossa historiografia.

Em primeiro lugar, este campo de estudos nos ajuda a compreender muita coisa de nós próprios, de nosso país, de nossa história. Ele ajuda a entender os limites do nosso Estado democrático; a entender e dimensionar a força e a fragilidade de nossas instituições. Ele nos ajuda a nos perceber como um Estado onde as instituições democráticas ainda estão por se consolidar. Nos ajuda a entender que somos, ainda, uma sociedade política complicada, marcada por vícios autoritários e excludentes e com um traço patrimonialista muito forte. Mas nos faz ver também que, ao mesmo tempo, somos uma sociedade civil dinâmica, potente, plural, criativa, capaz de criar respostas políticas em situações muito adversas.

Em segundo lugar, é importante salientar que o desenvolvimento das pesquisas neste campo realiza um dramático acerto de contas com o passado. Tem sido com o amparo de pesquisas históricas que, muitas vezes, entidades de defesa dos direitos humanos e familiares de militantes políticos têm exigido corpos de desaparecidos, cobrado atestados de óbitos, reintegrações e indenizações.

Em terceiro lugar, o incremento destes estudos tem permitido que os atores políticos do período, especialmente aqueles que participaram da resistência e da luta contra o regime militar, recuperem e resgatem suas histórias de vida.

E, por último, o desenvolvimento destas pesquisas permite aprofundar algumas questões gerais, mais teóricas, extremamente importantes. Entre elas:

a) quais as estratégias de resistência que uma sociedade consegue engendrar para enfrentar um regime de arbítrio e de ausência de democracia?

b) Como a vivência do arbítrio e de um regime ditatorial afeta a vida cotidiana das pessoas?

c) Como é vivida, por uma determinada geração, a experiência de situações limites como a prisão, a tortura, o exílio, a clandestinidade.

Acredito que, respondendo a essas questões, este campo de estudos possa lançar luz sobre uma outra dimensão do político – aquela que só aparece nos momentos de arbítrio e de ditadura.

Terminando, eu gostaria de dizer que fico muito feliz por este Programa de Mestrado ter escolhido justamente este tema para sua aula inaugural. E eu desejo que a escolha deste tema nos lembre de nosso papel, como pesquisadores, e professores que somos, de firmes defensores da democracia.

Muito obrigada pela atenção, boa sorte para todos nós neste novo ano letivo e parabéns pelo mestrado que vocês inauguraram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & KORNIS, Mônica Almeida. “Mídia e Política no Brasil: jornalismo e ficção”, RJ, FGV, 2003.
- AQUINO, Maria Aparecida de. “Censura, imprensa, Estado autoritário (1962-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência. *O Estado de S.Paulo e o Movimento*”. Bauru, Edusc, 1999.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento, “A Utopia Fragmentada: novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970”, RJ, FGV Editora, 2000.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento, “Por uma história da esquerda brasileira” IN: TOPOI, N. 5, Revista de História, Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/ 7 Letras, set. 2002.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso. “A Volta aos Quartéis. A Memória Militar sobre a Abertura”. RJ: Relume-Dumará, 1995.
- FERREIRA, Elizabeth Xavier, “Mulheres, Militância e Memória”, RJ, FGV, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. “Usos e Abusos da História Oral”. RJ: FGV, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “Vozes da Oposição”, RJ, FGV, 2003
- FICO, Carlos. “Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e política política”, RJ, Record, 2001.
- FIGUEIREDO, Argelina, “Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política 1961-1964”, SP, Paz e Terra, 1993.
- GORENDER, Jacob. “Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada”. SP, Ática, 1987.
- GROSSMAN, Jonathan. “Violência e silêncio: reescrevendo o futuro”, IN: História Oral, Revista da Associação Brasileira de História Oral, N. 3, jun.2000, SP, ABHO.
- KUSHNIR, Beatriz (org). “Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil”, RJ, Imago, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. “A economia da dependência imperfeita”, RJ, Graal, 1989
- RANGEL, Ignácio. “Economia: milagre e antimilagre”, RJ, Jorge Zahar, 1986.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “A revolução faltou ao encontro”, SP, Brasiliense, 1990.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. "Ditadura militar, esquerdas e sociedade", RJ, Jorge Zahar, 2000.
- RÉMOND, René . "Por Uma História Política". RJ: UFRJ/FGV, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. "Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV", Record, RJ, 2000.
- ROLLENBERG, Denise. "Exílio. Entre raízes e radares". RJ, Record, 1999.
- SANTANA, Marco Aurelio. "Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil", Boitempo, RJ, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro de. "1964: Visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo", Campinas, UNICAMP, 1997.
- TOLEDO, Caio Navarro de. "O governo de Goulart e o golpe de 64", SP, Brasiliense, 1993.
- VIANNA, Luis Werneck. "A classe operária e a abertura", SP, Cerifa, 1983.

NOTAS

1 Aula inaugural do Programa de Pós Graduação de História da Universidade Federal do Espírito Santo proferida no dia 15 de março de 2004.

2 Sobre a escola marxista inglesa pode ser interessante a leitura de um artigo que escrevi "Por uma história da esquerda brasileira" TOPOI, n.5, onde na primeira parte faço uma breve análise da contribuição historiográfica do grupo.

3 Um livro básico sobre o tema é "Usos e Abusos da História Oral", escrito por Marieta Ferreira e Janafina Amado, editado pela FGV.

4 O estudo de Werneck Vianna, "A classe operária e a abertura", tornou-se um clássico sobre o movimento operário e sindical do período do regime militar.